



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 273ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às quinze horas, na Sala de Reuniões do
2 Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início a Sessão
3 Ordinária do Conselho Superior, sob a condução da Presidente do CSMPDFT, Fabiana Costa Oliveira
4 Barreto. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Ruth Kicis Torrents Pereira,
5 Arinda Fernandes, Eduardo José de Oliveira Albuquerque, José Firmo Reis Soub, Katie de Sousa
6 Lima Coelho, Mauro Faria de Lima, Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto, e o Corregedor-Geral
7 do MPDFT, Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz Júnior. Ausentes justificadamente as
8 Conselheiras Benis Silva Queiroz Bastos e Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza. **I –**
9 **ELEIÇÃO PARA OUVIDOR.** Tendo em vista a inscrição apenas do Promotor de Justiça Libânio
10 Alves Rodrigues, foi aprovado, à unanimidade, o nome do referido Promotor de Justiça ao cargo de
11 Ouvidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para mandato de 2 (dois) anos, a
12 contar de 4 de março de 2019. O Colegiado determinou ao novo Ouvidor que indique um substituto
13 legal, até a próxima sessão ordinária, na ausência de outros candidatos. **II – EXPEDIENTE. 1.**
14 **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** Após debate entre os Conselheiros, o
15 Colegiado, por maioria, aprovou a ata da 272ª Sessão Ordinária, de 25 de janeiro de 2019, com as
16 sugestões da Conselheira Benis Silva Queiroz Bastos. Vencidos os Conselheiros Arinda Fernandes,
17 Eduardo Albuquerque e a Presidente do Colegiado, Procuradora-Geral de Justiça Fabiana Costa
18 Oliveira Barreto. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.** Ofício Conjunto nº
19 398/2018/CNMP-PGR, de 17 de dezembro de 2018 (*Tabularium* nº 08191.135776/2018-99), em que
20 a Procuradora-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Raquel
21 Elias Ferreira Dodge, solicita a indicação prevista no art. 130-A, II, da Constituição Federal c/c art. 1º
22 da Lei nº 11.372/2006. O Conselho Superior, à unanimidade aprovou o planejamento apresentado,
23 bem como os nomes da Comissão Eleitoral, integrada pela Procuradora de Justiça Eunice Pereira
24 Amorim Carvalhido, pelos Promotores de Justiça Laura Beatriz Castelo Branco Alves Semeraro Rito
25 e Anderson Pereira de Andrade, e pelos Promotores de Justiça Adjuntos Nathan da Silva Neto e
26 Jediael Alves Ferreira de Sousa para, sob a presidência da primeira e secretariada pela última, dirigir
27 a eleição destinada à formação de lista tríplice, pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça,
28 para escolha, pela Procuradora-Geral de Justiça, de membro desta Instituição para compor o Conselho
29 Nacional do Ministério Público. **B.** Ofício nº 00061/2019/CN-CNMP, de 23 de janeiro de 2019
30 (*Tabularium* nº 08191.006545/2019-50), em que o Corregedor Nacional do Ministério Público,
31 Orlando Rochadel Moreira, informa que foi instaurado procedimento de Correição nos órgãos de
32 controle disciplinar do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a ser realizado no período
33 compreendido entre os dias 18 a 22 de fevereiro de 2019. Cientificado o Colegiado. **C.** Memorando
34 nº 03/2018 – 10ª PJCRim, de 18 de dezembro de 2018 (*Tabularium* nº 08191.135806/2018-23), em
35 que o Procurador de Justiça Gaspar Antônio Viegas solicita dispensa, a partir de 01/02/2019, da
36 designação de membro da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal. **D.**
37 Memorando nº 08/2018 – COORD/CCR, de 18 de dezembro de 2018 (*Tabularium* nº
38 08191.135461/2018-41), em que o Procurador de Justiça Antonio Ezequiel de Araujo Neto solicita
39 seja procedida a designação de membro titular para integrar a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
40 Cível Especializada, tendo em vista a aposentadoria do Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro. **E.**
41 Memorando nº 01/2019 – COORD/CCR, de 17 de janeiro de 2019 (*Tabularium* nº
42 08191.004568/2019-20), em que o Procurador de Justiça Antonio Ezequiel de Araujo Neto solicita
43 seja procedida a designação do Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão Cível
44 Especializada, tendo em vista o afastamento do Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz Júnior,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

45 designado para a função de Corregedor-Geral do MPDFT. **F.** Memorando nº 02/2019 – 10ª PJCrIm,
46 de 17 de janeiro de 2019 (*Tabularium* nº 08191.004574/2019-87), em que o Procurador de Justiça
47 Antonio Ezequiel de Araujo Neto convoca o Promotor de Justiça Guilherme Fernandes Neto para
48 compor a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada. **G.** Memorando nº 13/2019 – 1ª
49 PROFAZ, de 25 de janeiro de 2019 (*Tabularium* nº 08191.135806/2018-23), em que a Promotora de
50 Justiça Maércia Correia de Mello solicita dispensa, a partir de 01/02/2019, da designação de membro
51 da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada. Quanto aos itens C ao G, o Conselho
52 Superior, à unanimidade, em razão dos pedidos citados, aprovou alteração da composição da 1ª
53 Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal, que passa a ser composta pelos
54 seguintes membros: o Procurador de Justiça Antonio Ezequiel de Araujo Neto, na qualidade de
55 Coordenador, o Procurador de Justiça Francisco Leite de Oliveira, na qualidade de 1º membro titular,
56 a Procuradora de Justiça Marineta Maria da Silva, na qualidade de 2º membro titular, o Procurador de
57 Justiça Leonardo Roscoe Bessa, na qualidade de 1º membro suplente, e o Promotor de Justiça
58 Maurício Silva Miranda, na qualidade de 2º membro suplente. Assim como, à unanimidade, alterou a
59 composição da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada, que
60 passa a ser composta pelos seguintes membros: a Procuradora de Justiça Arinda Fernandes, na
61 qualidade de Coordenadora, o Promotor de Justiça Rômulo Douglas Gonçalves de Oliveira, na
62 qualidade de 1º membro titular, a Promotora de Justiça Maercia Correia de Mello, na qualidade de 2º
63 membro titular, a Promotora de Justiça Isabel Maria de Figueiredo Falcão Durães, na qualidade de 1º
64 membro suplente, e a Promotora de Justiça Alessandra Elias de Queiroga, na qualidade de 2º membro
65 suplente. Da mesma forma, alterou a composição da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem
66 Jurídica Cível Especializada, que passa a ser composta pelos seguintes membros: o Procurador de
67 Justiça Carlos Gomes, na qualidade de Coordenador, o Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira de
68 Carvalho, na qualidade de 1º membro titular, o Promotor de Justiça Roberto Carlos Silva, na
69 qualidade de 2º membro titular, a Promotora de Justiça Renata de Salles Moreira Borges, na
70 qualidade de 1º membro suplente, e o Promotor de Justiça Guilherme Fernandes Neto, na qualidade
71 de 2º membro suplente. Por fim, também à unanimidade, alterou a composição da 5ª Câmara de
72 Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada, que passa a ser composta pelos
73 seguintes membros: o Procurador de Justiça José Firmo Reis Soub, na qualidade de Coordenador, a
74 Procuradora de Justiça Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto, na qualidade de 1º membro titular, a
75 Procuradora de Benis Silva Queiroz Bastos, na qualidade de 2º membro titular, a Promotora de
76 Justiça Wanessa Alpino Bigonha Alvim, na qualidade de 1º membro suplente, e a Promotora de
77 Justiça Kátia Christina Lemos, na qualidade de 2º membro suplente. Os mandatos vigorarão até o dia
78 12 de março de 2020, data final do mandato dos demais membros das Câmaras. **3.**
79 **COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO –**
80 **PDDC.** Sem comunicações. **4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A.** Memorando nº 324/2018
81 – Ouvidoria, de 28 de janeiro de 2019 (*Tabularium* nº 08191.008403/2019-27), que encaminha o
82 Relatório Anual da Ouvidoria e do Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério Público do
83 Distrito Federal e Territórios, referente ao ano de 2018. Cientificado o Colegiado. **5.**
84 **COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL. A.** Pedido de vista do Conselheiro José
85 Firmo Reis Soub acerca de decisão que determinou o arquivamento do Expediente nº
86 08191.074296/2018-44. O Conselho Superior, à unanimidade, homologou o arquivamento do
87 referido expediente. **B.** Encaminhamento de cópia das decisões que determinam o arquivamento dos
88 seguintes Procedimentos: (1) Expediente nº 08191.036388/2018-26; (2) Expediente nº
89 08191.124218/2018-06; (3) Manifestação nº 08191.128530/2018-61; (4) Notícia de Fato nº
90 08191.016289/2018-28; (5) Notícia de Fato nº 08191.112586/2018-01; (6) Notícia de Fato nº
91 08191.135575/2018-91; (7) Notícia de Fato nº 08191.127947/2018-14. Quanto ao item 5, o
92 Conselheiro José Firmo Reis Soub subscreveu a sugestão do Corregedor no sentido de encaminhar o



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

93 feito à Procuradoria-Geral de Justiça para adoção de medida que entender pertinente ao caso. O
94 Conselheiro Mauro Faria de Lima destacou o item 3, e fez alguns questionamentos à Corregedoria
95 sobre o caso, ao que foi respondido que foi feita correição presencial, bem como verificação da
96 regularidade de feitos por amostragem. O Conselho, à unanimidade, homologou os arquivamentos
97 propostos pela Corregedoria. **III – ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08191.000143/2019-41.**
98 Interessados: Conselho Superior e Secretaria de Gestão de Pessoas. Assunto: *Lista de antiguidade dos*
99 *membros do MPDFT, atualizada até 31 de dezembro de 2018.* Relatora: Conselheira BENIS SILVA
100 QUEIROZ BASTOS. Discussão: Em virtude da ausência justificada da Relatora, foi designada
101 Conselheira-Relatora *ad hoc* a Secretária do Conselho Superior, Arinda Fernandes. **Decisão:** O eg.
102 Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a Lista de Antiguidade dos membros do MPDFT,
103 atualizada até 31 de dezembro de 2018, conforme voto da Relatora *ad hoc*, concedendo-se, com base
104 no art. 202, §2º, da Lei Complementar nº 75/93, o prazo de 30 (trinta) dias para eventuais
105 reclamações, após a publicação na Imprensa Oficial. **IV – MANIFESTAÇÃO DOS**
106 **CONSELHEIROS.** A Conselheira Arinda Fernandes fez a leitura de decisão de arquivamento dos
107 seguintes processos avocados pelo Conselho Nacional do Ministério Público: Processo nº
108 08191.074731/2017-50 (Interessada: Corregedoria-Geral; Assunto: Apuração acerca de conduta de
109 membro do MPDFT – Inquérito Administrativo Disciplinar) e Processo nº 08191.008188/2018-83
110 (Interessada: Promotora de Justiça Andrea de Carvalho Chaves; Assunto: Requerimento ao Conselho
111 Superior de abertura de investigação). Cientificado o Conselho Superior. A Conselheira Arinda
112 Fernandes consultou o Colegiado, ainda, sobre o Processo nº 08190.089393/02-86 (Interessado:
113 Promotor de Justiça Germano Campos Câmara; Assunto: Afastamento para frequentar curso de
114 Doutorado na Universidade Complutense de Madrid). O Colegiado decidiu que o Promotor de Justiça
115 Interessado deverá prestar maiores esclarecimentos, principalmente quanto ao prazo de prorrogação
116 que deseja para a apresentação de sua tese. A Conselheira Arinda Fernandes informou ao Colegiado
117 que a Promotora de Justiça Interessada no Processo nº 08190.026962/07-60 (Interessada: Promotora
118 de Justiça Cristina Rasia Montenegro; Assunto: Afastamento para frequentar curso de Doutorado na
119 Universidade de Buenos Aires) apresentará sua tese na universidade até o primeiro semestre do ano
120 corrente. O Conselheiro José Firmo Reis Soub comunicou que foram cumpridos os requisitos
121 exigidos no Processo nº 08191.103106/2018-11 (Interessado: Promotor de Justiça Bruno Amaral
122 Machado; Assunto: Pedido de afastamento para participação em Conferência, entre os dias 19 a 23 de
123 novembro de 2018). Cientificado o Colegiado. A Conselheira Katie de Sousa Lima Coelho fez uma
124 consulta ao Colegiado sobre como deveria ser o procedimento de nulidade de convocação de
125 suplente. Após debate entre os membros do Conselho, decidiu-se que deveria ser protocolado um
126 procedimento, com distribuição a um relator, proporcionando-se a possibilidade de ouvir os
127 interessados, em atenção aos princípios da ampla defesa e contraditório. O Conselheiro José Firmo
128 Reis Soub questionou à Presidente do Colegiado sobre o porquê de a Portaria PGJ nº 98, de 31 de
129 janeiro de 2018 ter convocado membros para atuarem na Administração Superior do MPDFT e não
130 ter designado, ao que foi respondido que o ato se deu baseado em parecer da Assessoria Cível da
131 Procuradoria-Geral de Justiça, que segue regulamentação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ,
132 conforme *Tabularium* nº 08191.134780/2018-30. O Conselheiro perguntou, ainda, sobre a
133 necessidade da Portaria PGJ nº 1423, de 14 de dezembro de 2018, que nomeia o Procurador de
134 Justiça José Valdenor Queiroz Junior para o cargo de Corregedor-Geral do MPDFT e da Portaria PGJ
135 nº 25, de 17 de janeiro de 2019, que designa o Procurador para a função de confiança de Corregedor-
136 Geral, e em resposta a Presidente informou que a primeira nomeia para o cargo e a segunda vincula a
137 função ao cargo. A Presidente explicou que a designação de função tem sido feita para que os
138 membros que auxiliam na Administração Superior não tenham uma perda financeira significativa
139 diante da impossibilidade de exercerem substituição cumulativa, bem como do aumento da
140 responsabilidade na gestão do órgão. O Conselho aprovou a sugestão do Conselheiro José Firmo Reis



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

141 Soub pela moção de agradecimento pelos relevantes serviços prestados ao MPDFT às Promotoras de
142 justiça aposentadas Teresinha Inês Teles Pires e Adriana Sette Rocha de Menezes. A Secretária do
143 Conselho Tutelar, Arinda Fernandes, lembrou o Colegiado que a apresentação de nomes para
144 condecoração da Ordem do Mérito ocorrerá a partir de hoje até o dia 20 de fevereiro de 2019. Por
145 fim, a data da próxima Sessão Ordinária ficou definida para o dia 15 de março de 2019, sexta-feira, às
146 14h30. Para constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, a
147 qual vai assinada por mim e pela Presidente do Conselho Superior.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Presidente do Conselho Superior
Procuradora-Geral de Justiça

ARINDA FERNANDES
Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 15/04/2019.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - Precon/PJ em 22/04/2019.

.